Audiência debate o piso salarial dos profissionais de enfermagem

O presidente da Comissão de Igualdade Racial, deputado Renato Freitas (PT), em conjunto com o vereador do município de Curitiba, Ângelo Vanhoni (PT...

21/06/2023 às 08h20

Por: Redação / **Fonte:** Assembleia Legislativa - PR

Compartilhe:

O presidente da Comissão de Igualdade Racial, deputado Renato Freitas (PT), em conjunto com o vereador do município de Curitiba, Ângelo Vanhoni (PT), e do Fórum Estadual da Enfermagem do Estado do Paraná, realizou, nesta terça-feira (20), uma audiência pública para debater a implementação do piso salarial dos profissionais de enfermagem no Paraná.

- **CLIQUE AQUI: PARTICIPE DOS NOSSOS GRUPOS E REDES SOCIAIS**

O deputado Freitas lembra que, ao longo desses três anos de pandemia da COVID-19, cujo fim foi oficialmente decretado no último dia 5 de maio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), profissionais de saúde enfrentaram as condições mais adversas de trabalho para garantir a sobrevivência da população.

Em maio de 2023 o Governo Federal sancionou a Lei nº 14.581/23 que regulamenta o repasse de recursos para o pagamento do piso nacional da enfermagem em todo o território nacional. A lei Federal abre crédito especial de R$ 7,3 bilhões no orçamento do Fundo Nacional de Saúde para garantir o pagamento do piso, que será de R$ 4.750 para enfermeiras e enfermeiros, R$ 3.325 para técnicos e R$ 2.375, para auxiliares e parteiras. O piso vale para trabalhadores dos setores público, privado, militar e filantrópico.

Para o deputado Renato Freitas (PT), presidente da audiência pública, "o piso da categoria é uma conquista legal que agora teve uma repercussão no Supremo Tribunal Federal e acredito que terá um resultado positivo, tendo em vista a legalidade e a importância política de se valorizar a carreira dos profissionais da saúde, sobretudo após uma pandemia que afetou diretamente estes profissionais que estavam na linha de frente lutando pela vida de todos os brasileiros".

A líder do Bloco Parlamentar Temático da Saúde Pública, deputada Márcia Huçulak (PSD), afirmou que "esta é uma questão meritória por ser de uma responsabilidade muito grande em cuidar das pessoas, o profissional de enfermagem é àquele do cuidado, que lida com a vida de todos e vemos que é muito importante discutir esta decisão acertada em nível federal especialmente com relação aos recursos para apoiar municípios e estados e os hospitais públicos e filantrópicos. O debate é fundamental para que logo a gente tenha este piso da enfermagem plenamente implantado".

7,3 bilhões de reais pra socorrer municípios que tiverem dificuldades na implementação do piso, então agora estamos acompanhando o STF que deverá estar fazendo o último julgamento e acredito que nos próximos dias nós teremos a decisão final e pelos votos já proferidos acredito que teremos uma solução para estes profissionais".

Mobilização

A coordenadora-geral do Fórum Nacional da Enfermagem, Líbia Bellusci declarou que " o que apontamos nessa audiência pública é um momento de muita luta para garantir que efetivamente o piso dos trabalhadores da área de enfermagem seja implantado. A nossa mobilização é crucial para mudar a história da enfermagem brasileira, porque agora já temos uma conquista que é o cumprimento da lei, mas ainda existe a ameaça das decisões do STF".

O vereador do município de Curitiba e proponente conjunto da audiência pública, Ângelo Vanhoni, disse que "estamos fazendo uma frente comum aqui na Assembleia Legislativa, junto com o deputado Renato Freitas e outros deputados e a Câmara de Vereadores de Curitiba. A implantação do piso é a valorização da enfermagem é para melhorar a saúde pública deste país. Por isso trata-se de se fazer um trabalho conjunto em todo estado do Paraná, onde que as Câmaras de Vereadores possam servir como uma ponte de fiscalização e de atuação para que a legislação seja cumprida".

Participaram também da audiência pública os representantes dos Fóruns Nacional e Estadual de Enfermagem, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Regional de Enfermagem do Paraná (Coren), Sindicato dos Trabalhadores da Saúde Pública do Estado do Paraná (SindSaúde-PR), Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região (Sindesc), Sindicato dos Servidores Públicos Municipais Curitiba (SISMUC) e Federação dos Trabalhadores em Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná (Fetrasaúde-PR), entre outras instituições relacionadas à categoria.

Entenda o caso

A Lei nº 14.581/23 determinou alocação de crédito especial de R$ 7,3 bilhões no orçamento do Fundo Nacional de Saúde para garantir o cumprimento do piso salarial dos profissionais de enfermagem. O piso estabelece uma remuneração mínima para a categoria no país de R$ 4,75 mil para enfermeiros, R$ 3,3 mil para técnicos de enfermagem e R$ 2,3 mil para auxiliares e parteiras.

Porém, a assinatura do projeto não garante imediatamente o pagamento dos novos salários, uma vez que o mesmo ainda precisa passar pelo Congresso Nacional e ser aprovado, além da necessidade de derrubar a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu a adoção do piso no ano anterior.

Em agosto do ano passado, uma lei foi sancionada para estabelecer um novo piso salarial da enfermagem. Essa lei determina um valor mínimo de remuneração em todo o país para enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras.

De acordo com a lei, o piso salarial da enfermagem deveria ter sido pago a partir de setembro do ano passado, mas não havia especificação sobre a origem dos recursos para o pagamento.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso acatou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e suspendeu o piso um dia antes da data em que os novos valores seriam obrigatórios, preocupado com os impactos nos hospitais públicos, filantrópicos e unidades que atendem ao SUS.

O Ministério da Saúde formou um grupo técnico para dialogar com parlamentares e o fórum da enfermagem. O Governo Federal assinou o projeto que abre um crédito especial de R$ 7,3 bilhões para hospitais públicos, entidades filantrópicas e prestadores de serviço que atendem pelo menos 60% de pacientes do SUS. O valor é suficiente para garantir os novos salários, mas não inclui verba para unidades que atendem apenas a rede privada.

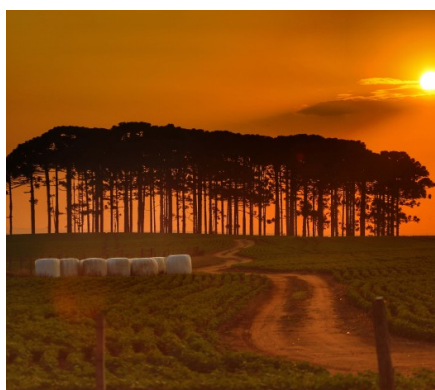
Apesar da assinatura do projeto que abre crédito especial ao Orçamento da Seguridade Social da União para garantir o pagamento do novo piso salarial da enfermagem, sua efetivação depende da votação do Projeto de Lei (PLN) em regime de urgência, no Congresso Nacional e da aprovação pelos parlamentares, além da queda da liminar no STF.

Geral Há 3 horas Em Geral

Falha em equipamento de usina contribuiu para apagão, revela ONS

Blecaute deixou cerca de 29 milhões de pessoas sem energia no dia 15

Autismo começa a tramitar na Assembleia Legislativa

Com o objetivo de consolidar direitos já garantidos em Lei e avançar com novas conquistas, foi protocolado, nesta segunda-feira (28), na Assembleia...

Desenvolvimento Sust Há 1 dia Em Geral

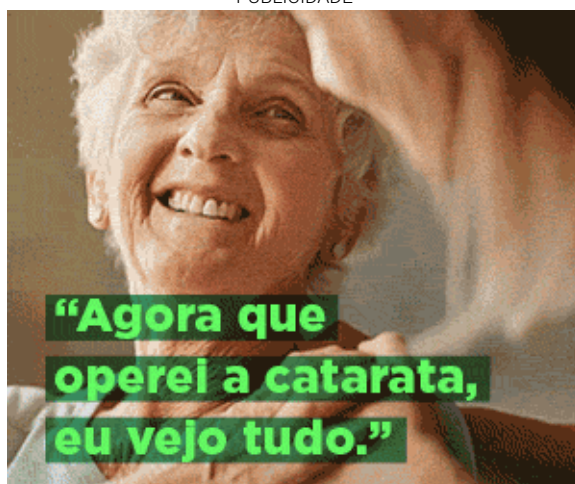
Estado lança plataforma interativa sobre riscos de grandes eventos climáticos

Serviço às prefeituras é resultado do Programa ParanáClima e foi criado em parceria entre a Sedest, o Instituto Água e Terra e o Simepar. Pela pla...

Fazenda Há 1 dia Em Geral

40 prêmios de R$ 5 mil: Nota Paraná tem nova regra de sorteio para entidades sociais

A alteração foi uma reivindicação das próprias entidades. Agora, serão distribuídos todos os meses para as instituições 40 prêmios no valor de R$ ...

Últimas notícias

Toledo Há 2 horas

Toledo se prepara para comemorar a Semana da Pátria

Maripá Há 2 horas

Festa das Orquídeas e do Peixe difunde potencialidades de Maripá e atrai milhares de pessoas à cidade

Reunião Há 2 horas

Micheletto e Serraglio discutem cenários da conjuntura estadual

Geral Há 3 horas

Falha em equipamento de usina contribuiu para apagão, revela ONS

Municípios

Marechal Cândido Rondon - PR

CTG Tradição Cultural organiza a Semana Farroupilha

Toledo - PR

Toledo se prepara para comemorar a Semana da Pátria

Maripa e atrai milhares de pessoas à cidade

Mais lidas

Falecimento

1 **Rondonense de 22 anos que sofreu acidente em Santa Catarina tem morte cerebral**

Morte no trânsito

2 **Jovem de Nova Santa Rosa, que fez concurso da PM em SC, morre após acidente na PR-182**

Ação policial

3 **Cinco criminosos morrem em confronto armado contra a Polícia Militar em Santa Helena**

Morte no trânsito

4 **Um homem morre e outro fica ferido na colisão entre Palio e carreta, na BR-277, em Cascavel**

Tragédia no Esporte

5 **VÍDEO: Dois pilotos morrem em acidente durante corrida do Moto1000GP, em Cascavel - PR**

Enquete

VOCÊ CONCORDA COM SEGURANÇA ARMADO EM ESCOLAS/COLÉGIOS?

Total de 8 votos até agora

SIM
62,5% (5 votos)

NÃO
37,5% (3 votos)